

# ANEXO I

Município de Barão  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
 ANEXO DE METAS FISCAIS  
 METAS ANUAIS - RPPS  
 EXERCÍCIO DE 2020

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2020			2021			2022		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100
	Receita Total RPPS	4.162.728,23	4.007.247,04	4.517.573,79	4.517.573,79	4.189.632,80	4.839.960,56	4.329.716,19	4.839.960,56
Receitas Primárias RPPS (I)	2.591.067,47	2.494.289,06	2.845.079,06	2.845.079,06	2.638.548,28	3.062.738,38	2.739.854,55	3.062.738,38	2.739.854,55
Despesa Total RPPS	4.162.728,23	4.007.247,04	4.517.573,79	4.517.573,79	4.189.632,80	4.839.960,56	4.329.716,19	4.839.960,56	4.329.716,19
Despesas Primárias RPPS (II)	4.162.728,23	4.007.247,04	4.517.573,79	4.517.573,79	4.189.632,80	4.839.960,56	4.329.716,19	4.839.960,56	4.329.716,19
Resultado Primário RPPS (I - II)	- 1.571.660,75	- 1.512.957,98	- 1.572.494,73	- 1.572.494,73	- 1.551.084,52	- 1.777.222,17	- 1.589.861,63	- 1.777.222,17	- 1.589.861,63

Fonte: Sistema contábil, Unidade Responsável fazenda, Data da emissão 09/08/2019 e hora de emissão 11 horas.

Este demonstrativo foi elaborado pelo Poder Executivo Municipal para fins de dar maior transparência à meta de Resultado Primário, possibilitando o acompanhamento individualizado do resultado primário do Tesouro Municipal e do Regime Próprio de Previdência, bem como auxiliar na avaliação do cumprimento das metas fiscais. A metodologia e os conceitos são idênticos aos utilizados para a elaboração do anexo de metas fiscais (consolidado).

Município de Barão  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
METAS ANUAIS - CONSOLIDADO  
EXERCÍCIO DE 2020

AME - Demonstrativo 1 (LRF-art. 4º, § 1º)

ESPECIFICAÇÃO	2020			2021			2022		
	Valor Corrente (a)	% PIB (a) x 100	% RCL (a) x 100	Valor Corrente (b)	% PIB (b) x 100	% RCL (b) x 100	Valor Corrente (c)	% PIB (c) x 100	% RCL (c) x 100
Receita Total	43.920.000,00	42,36%	157,08%	96.485.888,75	93,83%	171,72%	38.959.162,09	34,55%	122,34%
Receita Corrente	31.639,39	0,07%	0,03%	30.371.294,94	30,71%	0,07%	31.020.803,74	30,71%	109,71%
Despesa Total	29.352.252,59	27,19%	109,28%	36.485.888,75	35,37%	129,24%	34.582.533,37	31,02%	122,34%
Despesa Corrente	30.365.442,53	27,94%	117,96%	28.300.872,62	27,34%	94,63%	26.397.460,47	24,34%	93,36%
Resultado Primário (I - II)	8.893.808,14	8,56%	29,65%	6.833.370,44	6,58%	23,17%	4.923.345,28	4,63%	16,35%
Resultado Primário (III - IV)	7.513.227,08	7,23%	25,09%	5.423.149,05	5,21%	18,42%	3.812.189,72	3,51%	12,94%
Divida Pública Consolidada	7.012.481,81	6,75%	23,09%	6.078.037,28	5,84%	19,94%	6.523.514,98	6,14%	20,44%
Despesas Primárias Adiantadas de PPP (IV)	4.887.959,07	4,70%	16,47%	5.468.559,41	5,25%	18,56%	6.650.825,08	6,28%	23,57%
Despesas Primárias Graçadas por PPP (V)	-	-	0,00%	-	-	0,00%	-	-	0,00%
Fonte: Sistema Contábil - Unidade Responsável: Fazenda. Data de emissão: 09/08/2019 e hora de emissão: 10 h e 10 minutos.									

O Demonstrativo de Metas Anuais objetiva estabelecer as metas para o triênio compreendendo o ano de vigência da LDO e os dois subsequentes, abrangendo a Receita e Despesa Total, Receitas Não Financeiras, Despesas Não Financeiras, Resultado Primário, Resultado Nominal e Dívida Pública, visando atender a disposição contida no art. 4º, § 1º da LRF.

Para melhor entendimento, cabem aqui os seguintes conceitos:

- 1 - as receitas primárias correspondem às receitas fiscais líquidas, ressaltando-se o somatório das receitas correntes e de capital, excluídas as receitas de aplicações financeiras (juros de títulos de renda, remuneração de depósitos e outras receitas) e de valores mobiliários, operações de crédito, amortização de empréstimos e alienação de investimentos permanentes e temporários;
- 2 - as despesas primárias correspondem ao total da despesa orçamentária deduzidas as despesas com juros e amortização da dívida, aquisição de títulos de capital integralizado e as despesas com concessão de empréstimos com retorno garantido;
- 3 - o resultado primário ACIMA DA LINHA corresponde à diferença entre as receitas primárias e despesas primárias evidenciando o esforço fiscal do Município;
- 4 - o saldo previsto da dívida fiscal líquido em 31 de dezembro de determinado ano em relação ao apurado em 31 de dezembro do ano anterior;
- 5 - a dívida pública consolidada é o montante apurado das obrigações financeiras do ente da Federação, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados; as assumidas em virtude da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses ou que, embora de prazo inferior a doze meses, tenham sido contratadas como receitas ou orçamento; dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos;
- 5 - a dívida Consolidada Líquida - DCL - corresponde à dívida pública consolidada, deduzidos os valores que compreendem o ativo disponível e os haveres financeiros, líquidos dos Restos a Pagar Processados.

**Premissas e Metodologia Utilizadas:**

- 1 - Os parâmetros macroeconômicos utilizados na elaboração das estimativas constantes no Anexo de Metas Fiscais são relacionados na Tabela 01. Os números estão apresentados de duas formas: Em moeda corrente e em valores constantes (base 2016). Esses indicadores foram utilizados na composição da estimativa de receita que considero a média de arrecadação, em cada fonte, tomando por base as receitas arrecadadas nos últimos três exercícios (2016, 2017 e 2018) e os valores restimados para o exercício atual (2019), além das premissas consideradas como verdadeiras e relacionadas, por exemplo, ao índice de inflação, crescimento do PIB, atualização da planta de valores do IPTU, ampliação do perímetro urbano da cidade, políticas de combate à evasão e à sonegação fiscal, comportamento das receitas oriundas de contribuições do Estado e do União, dentre outros.
- 2 - Em relação às despesas correntes, foram considerados os parâmetros de crescimento vegetativo e aumento real, quando cabível, das despesas de custeio. Em relação aos investimentos, além da previsão, considerou-se a estimativa de crescimento real dessas despesas em nível que viabilize a sua expansão a fim de garantir, precipuamente, a conclusão dos projetos em andamento demonstrados no Plano IV. Adquiriram-se, ainda, os recursos para pagamento das obrigações decorrentes de juros e amortização da dívida pública.
- 3 - No item 2, despesas com pessoal, em específico, foi considerado o provável efeito da revisão geral anual prevista na Constituição da República, o crescimento vegetativo da folha salarial e eventual aumento como o PIB IPI, como as principais variáveis para explicar o crescimento nominal das receitas, visto que boa parte das transferências constitucionais e legais acompanham o ritmo das atividades econômicas do Brasil nacional. Assim, para os exercícios de 2020, 2021 e 2022, considerou-se um crescimento do Produto Interno Bruto Nacional de 2,23%, 2,52% e 2,50% e das taxas de inflação (IPCA) de 3,88%, 3,89% e 3,57%, respectivamente. Cópia projeções decorrem do sistema de expectativa de mercado, segundo informações do site do Banco Central do Brasil, verificadas em 31/07/2019.
- 4 - Outro ponto importante a ser destacado é que a receita do Município, conforme estabelece o § 3º do art. 11 da Lei Complementar nº 10/2000, compreende as receitas de todos os órgãos da Administração Pública Municipal, inclusive as decorrentes de operações de crédito.
- 5 - Em relação ao cálculo do Resultado Primário e do Resultado Nominal, considerou a metodologia estabelecida na Portaria STN nº 385/2018 e suas alterações. Os resultados primários previstos para os três exercícios são considerados suficientes para a manutenção do equilíbrio fiscal. Cabe ponderar que, nos termos do art. 2º da LDO, o resultado primário poderá ser revisado por ocasião da elaboração da Lei Orçamentária Anual ou durante o exercício de 2020. O resultado nominal refere à situação do endividamento fiscal líquido entre as datas referidas. A memória de cálculo do Resultado Primário e Nominal encontra-se no Anexo de Metas Fiscais, Tabela 05.
- 6 - Na estimativa do montante da dívida consolidada para 2020, 2021 e 2022, utilizou-se, como parâmetros a previsão da média anual para a taxa de juros SELIC, de 5,82%, 6,92% e 7,15%, segundo informações do site do Banco Central do Brasil, verificadas em 31/07/2019.
- 7 - Já na apuração do montante da dívida líquida, os valores em DCL (Atividade Financeira) foram calculados levando-se em consideração a estimativa de posição em 31/12/2019, projetando-se os valores futuros com base nos percentuais médios dos valores registrados nos exercícios anteriores.
- 8 - A receita total estimada para o exercício de 2020, considerando todas as fontes de recursos e de R\$ 43.920.000,00, a preços correntes que, deduzidas das receitas financeiras, representadas pelo Resultado das Aplicações Financeiras (R\$ 1.695.307,58), das resultantes de Operações de Crédito (R\$ 10.000.000,00), outras receitas de capital (R\$ 5.579,14) e das resultantes de Operações de Improbabilidades Concedidas (R\$ 13.411,27), resultam numa Receita Primária sem recursos intra orçamentários de R\$ 1.74.062,63 em R\$ 30.491.639,39.
- 9 - Assim, considerando o equilíbrio financeiro, as despesas com concessão de empréstimos com retorno garantido e o crescimento vegetativo da dívida, estimou-se a capacidade própria de investimentos, sem a utilização de recursos de empréstimos, a despesa total está prevista em R\$ 43.950.000,00. Deduzindo-se as despesas financeiras com juros e encargos da dívida, estimadas em R\$ 170.000,00, mais as despesas com Concessão de Empréstimos com Retorno Garantido, em R\$ 1.695.307,58, chegamos a uma despesa primária em valores correntes, em R\$ 41.084.692,42, a qual entendemos como necessária e suficiente para preservar o equilíbrio nas contas públicas. No entanto, ressaltamos que, a depender do comportamento das variáveis macroeconômicas ou na hipótese de instauração de arrecadação, a meta poderá ser alterada, conforme expressa previsão do art. 2º da LDO.
- 9 - A correção de valores prevista para as receitas e despesas primárias em valores correntes, chega à meta de resultado primário de 2020 que foi inicialmente prevista em R\$ - 8.893.808,14 a qual entendemos como necessária e suficiente para preservar o equilíbrio nas contas públicas. No entanto, ressaltamos que, a depender do comportamento das variáveis macroeconômicas ou na hipótese de instauração de arrecadação, a meta poderá ser alterada, conforme expressa previsão do art. 2º da LDO.

O demonstrativo de metas anuais corresponde à posição em dezembro de cada exercício, considerando a previsão das amortizações e das liberações a serem realizadas no respectivo período, estando os valores evidenciados na Tabela 05.

Município de Barão  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**AValiação DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR**  
**EXERCÍCIO DE 2020**

ESPECIFICAÇÃO	I-Metas Previstas em		II-Metas Realizadas em		% PIB	% RCL	% PIB	% RCL	Variação	
	2018 (a)	em	2018 (b)	em					Valor (c) = (b-a)	%
Receita Total	34.250.000,00		26.699.997,13		154,54%	120,47%		120,47%	7.550.002,87	-22,04%
Receita Primárias (I)	27.835.965,38		25.280.343,41		125,60%	114,06%		114,06%	2.555.621,97	-9,18%
Despesa Total	34.250.000,00		23.077.485,64		154,54%	104,13%		104,13%	11.172.514,36	-32,62%
Despesa Primárias (II)	33.872.686,56		22.499.459,70		152,83%	101,52%		101,52%	11.373.226,86	-33,58%
Resultado Primário (I-II)	- 6.036.721,18		2.780.883,71		-27,24%	12,55%		12,55%	8.817.604,89	-146,07%
Resultado Nominal	4.579.055,99		973.024,65		20,66%	4,39%		4,39%	3.606.031,34	-78,75%
Dívida Pública Consolidada	6.204.558,06		3.733.556,03		27,99%	16,85%		16,85%	2.471.002,03	-39,83%
Dívida Consolidada Líquida	4.579.055,99		1.023.828,63		20,66%	4,62%		4,62%	3.555.227,36	-77,64%

**FONTE: Sistema contábil, Unidade Responsável fazenda, Data da emissão 12/08/2019 e hora de emissão 8 horas.**

O objetivo deste demonstrativo é estabelecer uma comparação entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício anterior ao da edição da LDO (2018), incluindo análise dos fatores determinantes para o alcance ou não dos valores estabelecidos como metas, visando a atender o disposto no art. 4º, § 2º, inciso I da LRF.

Assim, conforme demonstrado em audiência pública de avaliação das metas fiscais relativas ao terceiro quadrimestre do exercício financeiro de 2018 (art. 9º, § 4º da LRF), o resultado primário, principal indicador de sustentabilidade fiscal do setor público, ficou em R\$2.780.883,71, valor 146,07% superior à meta estabelecida, que era de R\$ -6.036.721,18. O desempenho verificado demonstra que o ingresso das receitas primárias (não financeiras) foi capaz de suportar o total das despesas primárias (não financeiras) do exercício.

As receitas não financeiras totalizaram R\$ 1.419.653,72 frustrando em 77,86% a projeção para o período de R\$ 6.414.034,62. As despesas não financeiras atingiram R\$ 578.025,94, estabelecendo-se 53,20% acima da previsão orçamentária.

Em parte, esse resultado é em decorrência do desempenho desfavorável apresentado pela receita, tendo sido fortemente condicionado pelo comportamento das receitas correntes, que apresentaram um déficit em relação ao valor consignado no orçamento. Destaca-se no exercício de 2018 o desempenho dos grupos de receita tributária, patrimonial e de transferências correntes.

A dívida consolidada totalizou R\$ 3.733.556,03, valor 60,18% inferior ao saldo de R\$ 6.204.558,06 estimado para o exercício. Tal comportamento é reflexo do aumento dos desembolsos da amortização da dívida.

No anexo de metas fiscais, que acompanhou a LDO para 2018, estipulou-se o montante da dívida fiscal líquida em R\$ 4.579.055,99. Contudo, os resultados efetivamente apurados e especificados no Relatório Resumido de Execução Orçamentária, e avaliados ao final daquele exercício apontam que o estoque da dívida, atualizado em dezembro daquele ano era de R\$ 1.023.828,63.

Município de Barão  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
**DEMONSTRATIVO DE METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES**  
EXERCÍCIO DE 2020

AMF – Demonstrativo 3 (LRF, art. 4º, §2º, inciso II)

R\$ 1,00

**ESPECIFICAÇÃO**

**VALORES A PREÇOS CORRENTES**

	2017	2018	Variação %	2019	Variação %	2020	Variação %	2021	Variação %	2022	Variação %
Receita Total	28.500.000,00	34.250.000,00	20,18%	41.450.000,00	21,02%	43.950.000,00	6,03%	36.485.888,75	-16,98%	38.669.162,09	5,98%
Receitas Primárias (I)	26.213.537,00	27.835.965,38	6,19%	29.085.000,00	4,49%	30.491.639,39	4,84%	32.748.860,59	7,40%	34.676.514,58	5,89%
Despesa Total	28.500.000,00	34.250.000,00	20,18%	41.450.000,00	21,02%	43.950.000,00	6,03%	36.485.888,75	-16,98%	38.669.162,09	5,98%
Despesas Primárias (II)	27.813.870,00	33.872.686,56	21,78%	39.260.289,04	15,91%	39.385.447,53	0,32%	28.365.790,14	-27,98%	29.508.323,86	4,03%
Resultado Primário (I – II)	- 1.600.333,00	- 6.036.721,18	277,22%	-10.175.289,04	68,56%	- 8.893.808,14	-12,59%	4.383.070,44	-149,28%	5.168.190,72	17,91%
Resultado Nominal	658.096,00	4.579.055,99	595,80%	623.734,22	-86,38%	- 7.513.727,06	-1304,64%	5.847.642,78	-177,83%	6.831.392,09	16,82%
Dívida Pública Consolidada	3.815.815,39	6.204.558,06	62,60%	13.488.074,00	117,39%	7.012.481,81	-48,01%	8.078.037,28	15,20%	9.526.197,70	17,93%
Dívida Consolidada Líquida	2.056.102,83	4.579.055,99	122,71%	11.583.945,76	152,98%	4.887.959,07	-57,80%	5.831.911,15	19,31%	7.434.605,33	27,48%

**ESPECIFICAÇÃO**

**VALORES A PREÇOS CONSTANTES**

	2017	2018	Variação %	2019	Variação %	2020	Variação %	2021	Variação %	2022	Variação %
Receita Total	30.692.360,79	35.554.925,00	15,84%	41.450.000,00	16,58%	42.308.432,81	2,07%	33.837.294,80	-20,02%	34.592.533,37	2,23%
Receitas Primárias (I)	28.230.011,76	28.896.515,66	2,36%	29.085.000,00	0,65%	29.352.752,59	0,92%	30.371.546,04	3,47%	31.020.803,74	2,14%
Despesa Total	30.692.360,79	35.554.925,00	15,84%	41.450.000,00	16,58%	42.308.432,81	2,07%	33.837.294,80	-20,02%	34.592.533,37	2,23%
Despesas Primárias (II)	29.953.450,28	35.163.235,92	17,39%	39.260.289,04	11,65%	37.914.369,98	-3,43%	26.306.652,69	-30,62%	26.397.460,47	0,35%
Resultado Primário (I – II)	- 1.723.438,52	- 6.266.720,26	263,62%	-10.175.289,04	62,37%	- 8.561.617,38	-15,86%	4.064.893,35	-147,48%	4.623.343,26	13,74%
Resultado Nominal	708.720,00	4.753.518,02	570,72%	623.734,22	-86,88%	- 7.233.083,45	-1259,64%	5.423.149,05	-174,98%	6.111.204,54	12,69%
Dívida Pública Consolidada	4.109.346,76	6.440.951,72	56,74%	13.488.074,00	109,41%	6.750.560,08	-49,95%	7.491.634,11	10,98%	8.521.914,98	13,75%
Dívida Consolidada Líquida	2.214.268,42	4.753.518,02	114,68%	11.583.945,76	143,69%	4.705.389,94	-59,38%	5.408.559,41	14,94%	6.650.825,08	22,97%

Fonte: Sistema contábil, Unidade Responsável fazenda, Data da emissão 12/08/2019 e hora de emissão 11 horas e 15 min.

Este demonstrativo tem por objetivo avaliar as metas previstas para o exercício da LDO (2020), em comparação com as estabelecidas para os três exercícios anteriores (2017, 2018 e 2019), bem como para os dois seguintes (2021 e 2022), referentes à Receita Total, Receitas Não Financeiras, Despesas Não Financeiras, Resultado Primário, Resultado Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, cumprindo, assim, a disposição contida no art. 4º, § 2º, inciso II, da LRF.

Os valores relativos às previsões de Receitas, Despesas e Resultado Primário de 2017, 2018 e 2019 foram atualizados pelas respectivas Leis Orçamentárias Anuais. Já os valores da previsão do Resultado Nominal, Dívida Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, foram extraídos dos anexos de metas fiscais das respectivas LDO.

Já em relação às previsões para os exercícios de 2020, 2021 e 2022, os valores, a metodologia, as premissas utilizadas e a respectiva memória de cálculo são as mesmas utilizadas para o estabelecimento das metas explicitadas no Demonstrativo 1 - de Metas Anuais, evidenciando assim a sua consistência.

Município de Barão  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
**DEMONSTRATIVO DE METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES**  
EXERCÍCIO DE 2020

AMF – Demonstrativo 3 (LRF, art. 4º, §2º, inciso II)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2017	2018	Variação %	2019	Variação %	2020	Variação %	2021	Variação %	2022	Variação %
Receita Total	28.500.000,00	34.250.000,00	20,18%	41.450.000,00	21,02%	43.950.000,00	6,03%	36.485.888,75	-16,98%	38.669.162,09	5,98%
Receitas Primárias (I)	26.213.537,00	27.835.965,38	6,19%	29.085.000,00	4,49%	30.491.639,39	4,84%	32.748.860,59	7,40%	34.676.514,58	5,89%
Despesa Total	28.500.000,00	34.250.000,00	20,18%	41.450.000,00	21,02%	43.950.000,00	6,03%	36.485.888,75	-16,98%	38.669.162,09	5,98%
Despesas Primárias (II)	27.813.870,00	33.872.686,56	21,78%	39.260.289,04	15,91%	39.385.447,53	0,32%	28.365.790,14	-27,98%	29.508.323,86	4,03%
Resultado Primário (I – II)	- 1.600.333,00	- 6.036.721,18	277,22%	-10.175.289,04	68,56%	- 8.893.808,14	-12,59%	4.383.070,44	-149,28%	5.168.190,72	17,91%
Resultado Nominal	658.096,00	4.579.055,99	595,80%	623.734,22	-86,38%	- 7.513.727,08	-1304,64%	5.847.642,78	-177,83%	6.831.392,09	16,82%
Dívida Pública Consolidada	3.815.815,39	6.204.558,06	62,60%	13.488.074,00	117,39%	7.012.481,81	-48,01%	8.078.037,28	15,20%	9.526.197,70	17,93%
Dívida Consolidada Líquida	2.056.102,83	4.579.055,99	122,71%	11.583.945,76	152,98%	4.887.959,07	-57,80%	5.831.911,15	19,31%	7.434.605,33	27,48%

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2017	2018	Variação %	2019	Variação %	2020	Variação %	2021	Variação %	2022	Variação %
Receita Total	30.692.360,79	35.554.925,00	15,84%	41.450.000,00	16,58%	42.308.432,81	2,07%	33.837.294,80	-20,02%	34.592.533,37	2,23%
Receitas Primárias (I)	28.230.011,76	28.896.515,66	2,36%	29.085.000,00	0,65%	29.352.752,59	0,92%	30.371.546,04	3,47%	31.020.803,74	2,14%
Despesa Total	30.692.360,79	35.554.925,00	15,84%	41.450.000,00	16,58%	42.308.432,81	2,07%	33.837.294,80	-20,02%	34.592.533,37	2,23%
Despesas Primárias (II)	29.953.450,28	35.163.235,92	17,39%	39.260.289,04	11,65%	37.914.369,98	-3,43%	26.306.652,69	-30,62%	26.397.460,47	0,35%
Resultado Primário (I – II)	- 1.723.438,52	- 6.266.720,26	263,62%	-10.175.289,04	62,37%	- 8.561.617,38	-15,86%	4.064.893,35	-147,48%	4.623.343,26	13,74%
Resultado Nominal	708.720,00	4.753.518,02	570,72%	623.734,22	-86,88%	- 7.233.083,45	-1259,64%	5.423.149,05	-174,98%	6.111.204,54	12,69%
Dívida Pública Consolidada	4.109.346,76	6.440.951,72	56,74%	13.488.074,00	109,41%	6.750.560,08	-49,95%	7.491.634,11	10,98%	8.521.914,98	13,75%
Dívida Consolidada Líquida	2.214.268,42	4.753.518,02	114,68%	11.583.945,76	143,69%	4.705.389,94	-59,38%	5.408.559,41	14,94%	6.650.825,08	22,97%

Fonte: Sistema contábil, Unidade Responsável fazenda, Data da emissão 12/08/2019 e hora de emissão 11 horas e 15 min.

Este demonstrativo tem por objetivo avaliar as metas previstas para o exercício da LDO (2020), em comparação com as estabelecidas para os três exercícios anteriores (2017, 2018 e 2019), bem como para os dois seguintes (2021 e 2022), referentes à Receita Total, Receitas Não Financeiras, Despesas Não Financeiras, Resultado Primário, Resultado Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, cumprindo, assim, a disposição contida no art. 4º, § 2º, inciso II, da LRF.

Os valores relativos às previsões de Receitas, Despesas e Resultado Primário de 2017, 2018 e 2019 foram atualizados pelas respectivas Leis Orçamentárias Anuais. Já os valores da previsão do Resultado Nominal, Dívida Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, foram extraídos dos anexos de metas fiscais das respectivas LDO.

Já em relação às previsões para os exercícios de 2020, 2021 e 2022, os valores, a metodologia, as premissas utilizadas e a respectiva memória de cálculo são as mesmas utilizadas para o estabelecimento das metas explicitadas no Demonstrativo 1 - de Metas Anuais, evidenciando assim a sua consistência.

Município de Barão  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
**EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
EXERCÍCIO DE 2020

R\$ 1,00

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art.4º, §2º,		2018		2017		2016	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			%		%		%
Patrimônio/Capital	14.704.381,69	13.452.432,65	87,14%	10.372.346,87	91,49%	10.372.346,87	77,10%
Reservas	-	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Resultado Acumulado	2.170.971,98	1.251.949,04	12,86%	3.080.085,78	8,51%	3.080.085,78	22,90%
<b>TOTAL</b>	<b>16.875.353,67</b>	<b>14.704.381,69</b>	<b>100,00%</b>	<b>13.452.432,65</b>	<b>100,00%</b>	<b>10.372.346,87</b>	<b>100,00%</b>

**REGIME PREVIDENCIÁRIO**

REGIME PREVIDENCIÁRIO		2018		2017		2016	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			%		%		%
Patrimônio/Capital	58.956,23	(313.599,61)	3,07%	-	-531,92%	-	0,00%
Reservas	-	-	0,00%	-	0,00%	2.444.428,03	-779,47%
Lucros ou Prejuízos Acumulados	1.862.313,65	372.555,84	96,93%	(2.758.027,64)	631,92%	(2.758.027,64)	879,47%
<b>TOTAL</b>	<b>1.921.269,88</b>	<b>58.956,23</b>	<b>100,00%</b>	<b>(313.599,61)</b>	<b>100,00%</b>	<b>(313.599,61)</b>	<b>100,00%</b>

**CONSOLIDAÇÃO GERAL**

CONSOLIDAÇÃO GERAL		2018		2017		2016	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			%		%		%
Patrimônio/Capital	14.763.337,92	13.138.833,04	78,54%	10.372.346,87	89,00%	10.372.346,87	78,94%
Reservas	-	-	0,00%	-	0,00%	2.444.428,03	18,60%
Resultado Acumulado	4.033.285,63	1.624.504,88	21,46%	322.058,14	11,00%	322.058,14	2,45%
<b>TOTAL</b>	<b>18.796.623,55</b>	<b>14.763.337,92</b>	<b>100,00%</b>	<b>13.138.833,04</b>	<b>100,00%</b>	<b>13.138.833,04</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Sistema contábil, Unidade Responsável fazenda, Data da emissão 12/08/2019 e hora de emissão 13 horas.

O presente demonstrativo visa a demonstrar a evolução do Patrimônio Líquido nos três exercícios anteriores ao da edição da LDO (2016, 2017 e 2018), cumprindo, dessa forma, o disposto no art. 4º, § 2º, inciso III, da LRF.

Conforme estabelecido pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o Patrimônio Líquido representa o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos. Integram o Patrimônio Líquido o patrimônio (no caso dos órgãos da administração direta) ou capital social (no caso das empresas estatais), as reservas de capital, os ajustes

de avaliação patrimonial, as reservas de lucros, as ações em tesouraria, os resultados acumulados e outros desdobramentos do saldo patrimonial. Nesse aspecto, cumpre destacar que, na linha "Resultado Acumulado", foram considerados os valores de ajustes de exercícios anteriores, os quais, apesar de não terem sido considerados na apuração do resultado do exercício, tiveram influência da variação do saldo do Patrimônio Líquido.

É preciso enfatizar que o Município segue as normas da Lei Federal nº 4.320/64, não apresentando no seu balanço as nomenclaturas previstas na Lei Federal nº 6.404/76. Assim, em vez de "Resultado Acumulado", o Município utiliza a nomenclatura de "Superávit ou Déficit do Exercício".

O Sistema de Previdência, por força da Lei Municipal nº 1135, está sobre a gestão do Fundo de Previdência Social do Município - FPSM, sendo que seus registros contábeis estão em conformidade com as Normas do Ministério da Previdência Social e apartados das demais contas do Município.

Em termos consolidados, a evolução do Patrimônio Líquido do Município, nos últimos três exercícios, demonstrada para o período de 2016 a 2018, aponta que o saldo patrimonial aumentou de R\$ 13.138.833,04 em 31.12.2016 para R\$ 18.796.623,55 em 31.12.2018.

Ainda, conforme pode ser observado, o Município encerrou as contas de 2018 com superávit / déficit , cujo principal fator foi o RPPS.

Município de Barão  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
**ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS**  
EXERCÍCIO DE 2020

	R\$ 1,00		
	2018	2017	2016
<b>RECEITAS REALIZADAS</b>			
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES A 2016			46.050,50
RECEITAS DE CAPITAL			27.000,00
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	168.007,61	-	27.000,00
Alienação de Bens Móveis	168.007,61	-	27.000,00
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-
Rendimento de Aplicações Financeira de Alienac de Bens	141,79	37,77	4.441,36
<b>TOTAL</b>	<b>168.149,40</b>	<b>37,77</b>	<b>77.491,86</b>
<b>DESPESAS EXECUTADAS</b>			
<b>APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS</b>			
DESPESAS DE CAPITAL	2.630,81	-	76.757,69
Investimentos	2.630,81	-	76.757,69
Inversões Financeiras	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVID.	-	-	-
Regime Geral de Previdência Social	-	-	-
Regime Próprio dos Servidores Públicos	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>2.630,81</b>	<b>-</b>	<b>76.757,69</b>
<b>SALDO FINANCEIRO</b>	<b>166.290,53</b>	<b>771,94</b>	<b>734,17</b>

Fonte: Sistema contábil, Unidade Responsável fazenda, Data da emissão 13/08/2019 e hora de emissão 9 horas.

O demonstrativo acima tem por objetivo destacar as origens e as aplicações dos recursos obtidos, pelo Município, com a alienação de ativos, ocorridos nos 3 exercícios anteriores ao da edição da LDO (2016, 2017 e 2018).

Os dados apresentados permitem afirmar que o Município tem aplicado corretamente os recursos obtidos, na forma prescrita pelo art. 44 da Lei de Responsabilidade Fiscal que prescreve que "é vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente.

salvo se destinada por lei aos regimes de previdência, geral e próprio dos servidores públicos."

Município de Barão  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS  
EXERCÍCIO DE 2020

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	PLANO PREVIDENCIÁRIO		
	2018	2017	2016
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Parcelamento de Débitos	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Receita de Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00

Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIARIAS RPPS - (III) = (I + II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DESPESAS PREVIDENCIARIAS - RPPS</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
ADMINISTRAÇÃO (IV)	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA (V)	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIARIAS RPPS (VI) = (IV + V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
VALOR	0,00	0,00	0,00
<b>RESERVA ORÇAMENTARIA DO RPPS</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
VALOR	0,00	0,00	0,00
<b>APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00	0,00	0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00
<b>BENS E DIREITOS DO RPPS</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	19.693,25	11.577,93	72.376,99
Investimentos e Aplicações	14.335.171,65	12.315.319,91	9.707.933,20
Outro Bens e Direitos	-	-	-

**PLANO FINANCEIRO**

	2018	2017	2016
<b>RECEITAS PREVIDENCIARIAS - RPPS</b>			
<b>RECEITAS CORRENTES (VII)</b>			
Receita de Contribuições dos Segurados	3.425.893,40	3.716.186,16	3.119.656,04
Civil	546.558,80	580.623,40	526.648,86
Ativo	546.558,80	580.623,40	526.648,86
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	740.339,08	1.314.319,50	1.072.268,43
Civil	740.339,08	1.314.319,50	1.072.268,43
Ativo	740.339,08	1.314.319,50	1.072.268,43
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Parcelamento de Débitos			
Receita Patrimonial	329.359,24	285.860,03	253.686,26
Receitas Imobiliárias	1.030.313,38	1.777.962,10	1.191.934,08
Receitas de Valores Mobiliários	1.030.313,38	1.777.962,10	1.191.934,08
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	779.322,98	357.421,13	75.118,41
Demais Receitas Correntes	183.076,75	357.421,13	75.118,41
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	596.246,23	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIARIAS RPPS - (X) = (VII + IX)</b>	<b>3.425.893,48</b>	<b>3.716.186,16</b>	<b>2.230.928,19</b>
<b>DESPESAS PREVIDENCIARIAS - RPPS</b>			
<b>ADMINISTRAÇÃO (XI)</b>			
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	1.600,00	0,00
<b>PREVIDENCIA (XII)</b>	0,00	1.183.335,06	1.066.570,95

Benefícios - Civil	0,00	1.183.335,06	1.066.570,95
Aposentadorias	1.177.348,70	990.407,82	865.977,34
Pensões	127.027,38	125.268,67	116.971,34
Outros Benefícios Previdenciários	87.335,59	67.658,57	83.622,27
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	10.062,17	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	10.062,17	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (XIII) = (XI + XII)</b>	1.391.711,67	1.194.997,23	<b>1.066.570,95</b>

<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XIV) = (X - XIII)</b>	2.034.181,81	2.053.085,09	1.333.060,74
--	--------------	--------------	--------------

<b>APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS</b>		2018	2017	2016
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras		596.246,23	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva		0,00	0,00	0,00

**PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**

EXERCÍCIO	Receitas	Despesas	Resultado	Saldo Financeiro
2018	3.471.015,23	1.398.328,66	2.072.686,57	14.498.265,72
2019	3.528.171,42	1.598.876,39	1.929.295,03	16.427.560,75
2020	4.808.836,08	1.795.621,12	3.013.214,96	19.440.775,71
2021	5.098.877,10	2.013.504,58	3.085.372,52	22.526.148,23
2022	5.383.625,90	2.113.832,19	3.269.793,71	25.795.941,94
2023	5.699.127,69	2.330.961,10	3.368.166,59	29.164.108,53
2024	6.044.785,74	2.671.795,11	3.372.990,63	32.537.099,16
2025	6.179.808,52	2.882.808,06	3.297.000,46	35.834.099,62
2026	6.342.881,23	3.085.836,70	3.257.044,53	39.091.144,15
2027	6.665.571,64	3.213.861,79	3.451.709,85	42.542.854,00
2028	7.004.708,24	3.345.773,54	3.658.934,70	46.201.788,70
2029	7.378.268,04	3.566.959,45	3.811.308,59	50.013.097,29
2030	7.753.720,43	3.725.287,54	4.028.432,89	54.041.530,18
2031	8.124.753,06	3.782.838,90	4.341.914,16	58.383.444,34
2032	8.527.928,47	3.886.453,84	4.641.474,63	63.024.918,97
2033	8.975.556,56	4.085.013,54	4.890.543,02	67.915.461,99
2034	9.492.429,11	4.478.280,21	5.014.148,90	72.929.610,89
2035	10.059.676,56	5.000.038,28	5.059.638,28	77.989.249,17
2036	10.641.904,93	5.522.156,35	5.119.748,58	83.108.997,75

2037	11.161.288,31	5.763.390,43	5.397.897,88	88.506.895,63
2038	11.780.024,68	6.266.868,40	5.513.156,28	94.020.051,91
2039	12.360.544,78	6.580.260,58	5.780.284,20	99.800.336,11
2040	13.007.483,57	7.029.982,72	5.977.500,85	105.777.836,96
2041	13.588.920,73	7.203.994,96	6.384.925,77	112.162.762,73
2042	14.201.588,71	7.382.155,69	6.819.433,02	118.982.195,75
2043	14.942.958,38	7.845.884,79	7.097.073,59	126.079.269,34
2044	15.677.561,04	8.210.430,18	7.467.130,86	133.546.400,20
2045	16.350.517,77	8.316.100,98	8.034.416,79	141.580.816,99
2046	13.374.833,53	8.399.896,08	4.974.937,45	146.555.754,44
2047	12.800.895,89	8.422.813,82	4.378.082,07	150.933.836,51
2048	13.174.630,03	8.753.892,21	4.420.737,82	155.354.574,33
2049	13.546.324,31	9.055.696,45	4.490.627,86	159.845.202,19
2050	13.932.409,47	9.406.002,43	4.526.407,04	164.371.609,23
2051	14.323.617,25	9.766.698,37	4.556.918,88	168.928.528,11
2052	14.706.928,12	10.070.818,22	4.636.109,90	173.564.638,01
2053	15.102.581,86	10.409.407,30	4.693.174,56	178.257.812,57
2054	15.499.450,76	10.730.776,28	4.768.674,48	183.026.487,05

FONTE: Sistema contábil, Unidade Responsável fazenda. Emissão: 14/08/2019, às 09 horas. Elaborado pela Gestor em em 23/04/2019.

Este demonstrativo, visa a atender o estabelecido no art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a", da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, o qual determina que o Anexo de Metas Fiscais conterá a avaliação da situação financeira e atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores – RPPS.

Segundo a Portaria MPS 464/2018, o equilíbrio financeiro representa a garantia de equivalência entre as receitas auferidas e as obrigações dos RPPS, em cada exercício financeiro; ou seja, o equilíbrio financeiro é atingido quando o que se arrecada dos participantes do sistema previdenciário é suficiente para custear os benefícios por ele assegurados.

O equilíbrio atuarial, por sua vez, representa a garantia de equivalência, a valor presente, entre o fluxo das receitas estimadas e das obrigações projetadas, apuradas atuarialmente, a longo prazo, devendo as alíquotas de contribuição do sistema ser definidas a partir do cálculo atuarial que leve em consideração uma série de critérios, como a expectativa de vida dos segurados e o valor dos benefícios de responsabilidade do respectivo RPPS, segundo a sua legislação.

Nesse contexto, os dados acima apresentados tiveram em como base:

a) o Anexo 4 do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RGE) - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores, publicado no último bimestre dos exercícios de 2016, 2017 e 2018; e

b) o Anexo 10 da Balanço Demonstrativo da Execução Orçamentária (BDEO) - Demonstrativo da Receita Atuarial do Regime de Previdência

o) O Anexo 10 do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) - Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime de Previdência, publicado no último bimestre dos exercícios de 2016, 2017 e 2018.

Os valores informados na linha "Bens e Direitos do RPPS", correspondem ao saldo das disponibilidades financeiras e investimentos do RPPS, representado pelas disponibilidades em Caixa e Equivalentes de Caixa, Investimentos e Aplicações e outros bens e direitos, de acordo com o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).



atraindo novas empresas ou ampliando as já existentes, de modo a gerar novos empregos e aumentar a renda per capita da população. Já os benefícios fiscais se prestam para reduzir as desigualdades sociais, desonerando determinados segmentos da sociedade do pagamento de alguns tributos, como é o caso da isenção de iptu para os aposentados de baixa renda. Diante disso pode-se afirmar que, com a devida responsabilidade, é salutar o uso desses instrumentos que tem objetivos econômicos e sociais.

O tema é destacado pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) que disciplinou a sua aplicação. Como sabido, os entes da federação têm usado esses institutos como forma de controle dos desequilíbrios econômicos e sociais, e, por isso é tratado em todo o arcabouço jurídico brasileiro: constitucional, legal e infralegal.

A Constituição Federal em seus artigos 70 e 165, § 6º, estabelece o controle sobre as renúncias de receita, com o nítido objetivo de promover o equilíbrio fiscal. Por sua vez, a LRF estabeleceu em seu artigo 11 a necessidade de instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos de competência constitucional dos entes da Federação, como requisito essencial da responsabilidade na gestão fiscal.

Nesse contexto, e conforme as diretrizes estabelecidas pelos arts. 13, 57 e 59 do Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias, a estimativa de renúncia de receita deverá estar inserida na metodologia de cálculo da projeção da arrecadação efetiva dos tributos municipais.

Dessa forma, fica evidenciado que a Administração opta pela medida de compensação prevista no art. 14, I, da LRF, o qual determina que a renúncia deve ser considerada na estimativa de receita da lei orçamentária e de que não afetará as metas de resultados fiscais. Consequentemente, as renúncias contempladas nesse demonstrativo não precisarão ser compensadas pelo aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição, pois a compensação já estará ocorrendo no âmbito do processo orçamentário de estimativa das respectivas receitas.

Município de Barão  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
 ANEXO DE METAS FISCAIS  
**MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATORIAS DE CARÁTER CONTINUADO**  
 EXERCÍCIO DE 2020

EVENTO	Valor Previsto 2020
<b>Aumento Permanente da Receita</b>	
Decorrente de Receitas Tributárias	
Decorrente de Transferências Correntes	
(-) Transferências ao FUNDEB	
<b>Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)</b>	
Redução Permanente de Despesa (II)	
Margem Bruta (III) = (I+II)	
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	
<b>Impacto de Novas DOCC</b>	
Relativas a Pessoal e Encargos Sociais	
Relativas a Outras Despesas Correntes	
<b>Margem Líquida de Expansão de DOCC (III-IV)</b>	R\$ 1,00

Fonte:

Declaramos para os devidos fins, que a expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, no exercício financeiro de 2020, adequar-se-ão às receitas do Município.

Município de Barão  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
 ANEXO DE METAS FISCAIS  
**MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATORIAS DE CARÁTER CONTINUADO**  
 EXERCÍCIO DE 2020

EVENTO	Valor Previsto 2020
<b>Aumento Permanente da Receita</b>	<b>2.314.291,29</b>
Decorrente de Receitas Tributárias	(32.840,71)
Decorrente de Transferências Correntes	2.347.131,99
(-) Transferências Constitucionais	-
(-) Transferências ao FUNDEB	(417.755,68)
<b>Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)</b>	<b>1.896.535,61</b>
Redução Permanente de Despesa (II)	-
<b>Margem Bruta (III) = (I-II)</b>	<b>1.896.535,61</b>
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	-
<b>Novas DOCC</b>	<b>1.402.798,54</b>
Relativas a Pessoal e Encargos Sociais	778.183,15
Relativas a Outras Despesas Correntes	624.615,39
<b>Novas DOCC geradas por PPP</b>	-
<b>Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)</b>	<b>493.737,06</b>

**Fonte: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data da emissão <dd/mm/aaaa>**

A Demonstração da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado visa a assegurar que não haverá criação de nova despesa sem a correspondente fonte de financiamento.

Em outras palavras, o demonstrativo identifica o aumento permanente de receita para suportar o aumento permanente da despesa de caráter continuado, assim entendida aquela derivada de lei, contrato, ou ato normativo que fixe a obrigatoriedade de execução por um período superior a dois exercícios, cumprindo, dessa forma, a disposição contida no art. 4º, § 2º, inciso V da LRF.

Desse modo, para estimar o aumento permanente das receitas em 2020 considerou-se o incremento real, ou seja, a diferença entre os valores estimados a preços constantes das receitas tributárias e de transferências correntes, no biênio 2019-2020

Na mesma linha, o aumento permanente das despesas de caráter obrigatório que terão impacto em 2020, foi calculado pela diferença a valores constantes, observada no biênio 2019-2020 nos grupos de natureza de despesa "Pessoal" e "Outras Despesas Correntes", chegando-se, assim, ao saldo da margem líquida de expansão.

Caso necessário, a Margem Líquida de Expansão acima demonstrada, será utilizada, pelo Poder Executivo, como forma de compensação do aumento das despesas obrigatórias de caráter continuado não previstas no orçamento, observado o disposto no art. 16 da LDO.